

TERMO DE CONVÊNIO Nº 302/2021

PROCESSO Nº 17.761.951-5

CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E DO TURISMO,
PARANÁ TURISMO, INSTITUTO ÁGUA
E TERRA, E O MUNICÍPIO DE
FRANCISCO BELTRÃO, VISANDO
ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA
TURÍSTICA.

O **ESTADO DO PARANÁ**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 68.621.671/0001-03, com sede na Rua Desembargador Motta, 3384, Mercês, Curitiba - Paraná, doravante denominada **SEDEST**, neste ato representada pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Sr. Márcio Fernando Nunes, portador da Cédula de Identidade/RG nº 3.089.182-1 – SSP/PR e do CPF nº 555.875.939-91, nomeado pelo Decreto 1440, de 23 de maio de 2019, 49 e **PARANÁ TURISMO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 80.205.776/0001-87, com sede na Alameda Júlia da Costa, 64, São Francisco, Curitiba - Paraná, neste ato representado por sua Diretora Presidente, Thais Mirlene de Oliveira Gomes, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 9.807.951-3 e CPF nº 064.207.849-13, nomeada pela resolução nº 064 de 2021, doravante denominada – **PRTUR** e o **INSTITUTO ÁGUA E TERRA**, autarquia

estadual, pessoa jurídica de Direito Público inscrito no CNPJ nº 68.596.162/0001-78, com Sede na Rua Engenheiros Rebouças, 1206, Rebouças – Curitiba/PR, neste ato representado pelo Presidente Everton Luiz da Costa Souza, portador (a) do RG nº 1.689.337-4 – SSP/PR e do CPF nº 463.721.649-49, doravante denominado - IAT e o **Município de Francisco Beltrão**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 77.816.510/0001-66, com Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Cleber Fontana, portador(a) do RG n.º 7.211.713-1 – SSP/PR e CPF/MF sob o n.º 020.762.969-21, nomeado pelo Decreto 01/01/2021, doravante denominado – **Município**, tendo em vista o constante no Protocolado n.º 17.761.951-5 resolvem celebrar este Convênio, devidamente autorizado pelo EXmo. Sr. Governador, que será regido pelas disposições contidas na Lei Estadual n.º 15.608/2007 e na Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, celebram o presente **Convênio**, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Convênio a conjugação de esforços destinados ao fortalecimento do turismo como um importante vetor de desenvolvimento econômico, por meio da adequação da infraestrutura Turística do Município com a implantação de placas de sinalizações turística permitindo a expansão das atividades turísticas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2.1. Integram este convênio, independente de transcrição, o Anexo I - Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado nº 17.761.951-5.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Convênio é 11 (onze) meses e inicia-se na data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo.

3.2. A prorrogação do prazo de vigência deverá ser solicitada pelo MUNICÍPIO, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu encerramento, com as razões que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. As partes obrigam-se a cumprir todas as obrigações assumidas mediante a assinatura desse convênio, sendo que:

4.1. Compete a SEDEST:

- I. realizar o acompanhamento, o controle e a supervisão das ações e obras em conjunto com o IAT e a PRTUR, necessárias ao cumprimento do objeto deste Convênio;
- II. realizar o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

4.2. Compete ao IAT:

- I. providenciar a liberação e efetuar a transferência dos recursos financeiros ao Município de acordo com o cronograma de desembolso e com as etapas ou fases de execução do objeto, previstos no Anexo I - Plano de Trabalho, em conta bancária específica, vinculada ao Convênio:
Banco do Brasil: Agência nº 0616-5, Conta Corrente nº 85.485-9;
- II. exigir que a implementação do objeto do presente Convênio guarde conformidade com o Anexo I – Plano de Trabalho;

- III. realizar o acompanhamento, o controle e a supervisão das ações e obras em conjunto com a PRTUR, necessárias ao cumprimento do objeto deste Convênio;
- IV. dar ciência nos relatórios de fiscalização, em conjunto com a PRTUR, oriundos do MUNICÍPIO e por ele certificados, e encaminhar ao setor competente para a transferência do valor da parcela correspondente, conforme Anexo I – PLANO DE TRABALHO.
- V. exigir do Município a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a liberação das parcelas dos recursos;
- VI. acompanhar o desenvolvimento do projeto executivo, em conjunto com a PRTUR;
- VII. monitorar a execução da obra, em conjunto com a PRTUR;
- VIII. notificar o Município, quando constatada mora na execução do objeto, e adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à regularização da situação, em conjunto com a PRTUR
- IX. emitir Termo de Conclusão, em conjunto com a PRTUR, atestando o término deste Convênio, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- X. alimentar e atualizar as informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
- XI. efetuar a prestação de contas da parte que lhe couber, nos termos e na forma do exigido pela Instrução Normativo nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- XII. analisar e aprovar as prestações de contas para a Administração Pública, parciais e final, dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio;
- XIII. notificar o Município, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos

públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial.

4.3. Compete à PRTUR:

- I. exigir que a implementação do objeto do presente Convênio guarde conformidade com o Anexo I – Plano de Trabalho, em conjunto com o IAT;
- II. realizar o acompanhamento, o controle e a supervisão das ações e obras em conjunto com o IAT, necessárias ao cumprimento do objeto deste Convênio;
- III. dar ciência nos relatórios de fiscalização, em conjunto com o IAT, oriundos do MUNICÍPIO e por ele certificados, e encaminhar ao setor competente para a transferência do valor da parcela correspondente, conforme Anexo I – PLANO DE TRABALHO.
- IV. realizar a fiscalização e a avaliação em conjunto com o IAT, das ações e obras necessárias ao cumprimento do objeto deste Convênio;
- V. acompanhar o desenvolvimento do projeto executivo, em conjunto com o IAT;
- VI. monitorar a execução da obra, em conjunto com o IAT;
- VII. notificar o Município, em conjunto com o IAT, quando constatada mora na execução do objeto, e adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à regularização da situação;
- VIII. analisar e aprovar as prestações de contas, em conjunto com o IAT, para a Administração Pública, parciais e final, dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio,
- IX. emitir Termo de Conclusão, em conjunto com o IAT, atestando o término deste Convênio, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

4.4. Compete ao Município:

- I. providenciar todos os documentos exigidos pelo IAT e PRTUR para a formalização deste Convênio, de forma prévia à sua assinatura;

- II. providenciar, previamente, à sua assinatura, aprovação do projeto executivo pelo DER e/ou DNIT, quando o objeto for executado em área de competência desses órgãos;
- III. providenciar a lei municipal de autorização da celebração deste Convênio, quando for o caso;
- IV. cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o Anexo I - Plano de Trabalho, as exigências legais aplicáveis, além das disposições deste Convênio, adotando todas as medidas necessárias à sua correta execução;
- V. não utilizar os recursos recebidos do IAT em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio;
- VI. providenciar a contrapartida, conforme Cronograma Físico-Financeiro;
- VII. desenvolver material, contendo descrição do atrativo que está sendo sinalizado;
- VIII. desenvolver e divulgar folder informativo, contendo a localização em que foram instaladas as placas de sinalização até os atrativos turísticos;
- IX. promover a divulgação dos atrativos turísticos nas redes oficiais do município;
- X. observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos;
- XI. responsabilizar-se, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste Convênio, em especial pela realização da obra, de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 15.608/2007 e demais normas pertinentes;
- XII. responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Convênio, não implicando responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do Estado do Paraná na inadimplência do Município em relação aos referidos pagamentos;

- XIII. promover a aquisição e/ou contratação de bens, obras e serviços, em conformidade com a legislação vigente;
- XIV. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este convênio em caderneta de poupança específica, a qual deverá ser aberta na instituição financeira contratada pelo Estado do Paraná, conforme Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem como aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;
- XV. proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento na conta poupança específica vinculada a este Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- XVI. executar, diretamente ou por meio de empresa por ele contratada, o objeto do presente Convênio, bem como indicar servidor responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, devidamente habilitado, com apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- XVII. acompanhar a implantação dos projetos;
- XVIII. encaminhar os Relatórios Físico-Financeiro do presente Convênio, de acordo com o Anexo I – Plano de Trabalho.
- XIX. previamente a cada repasse, apresentar ao IAT prova de regularidade com a Fazenda Nacional, incluindo prova de regularidade relativa à Seguridade Social, com a Fazenda Estadual, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado, Certidão Negativa para Transferências Voluntárias da SEFA e consulta ao CADIN;
- XX. manter, durante a execução do objeto deste Convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

- XXI. Submeter à apreciação e aprovação dos parceiros as eventuais alterações de projeto, o que se formalizará por aditamento;
- XXII. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatada irregularidade na execução deste Convênio, comunicando tal fato ao IAT e PRTUR;
- XXIII. ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar ao Ministério Público;
- XXIV. prestar ao IAT e PRTUR, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a execução do objeto deste Convênio;
- XXV. manter, para fins de controle e fiscalização, a guarda dos documentos originais relativos à execução deste Convênio, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;
- XXVI. restituir ao IAT o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:
 - a. quando não for executado o objeto deste instrumento;
 - b. quando não forem apresentadas as prestações de contas no prazo estabelecido;
 - c. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.
- XXVII. restituir ao IAT, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente do IAT;
- XXVIII. manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;

- XXIX. prestar ao IAT e PRTUR, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste Convênio;
- XXX. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
- XXXI. franquear aos agentes da Administração Pública livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- XXXII. efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;
- XXXIII. informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
- XXXIV. cumprir integralmente as Resoluções n.º 04/2006 e n.º 28/2011, bem como a Instrução Normativa n.º 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- XXXV. efetuar as prestações de contas parciais e final para a Administração Pública, na forma estabelecida neste Convênio;
- XXXVI. facilitarão IAT e PRTUR todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhes efetuar inspeções in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio;
- XXXVII. caso ocorra eventual interrupção nas obras, e para evitar degradação precoce de parte do que foi executado, o MUNICÍPIO se compromete a zelar pela administração, manutenção e sua conservação;
- XXXVIII. executar a sinalização dos trechos objeto do Convênio, conforme determinação legal;

XXXIX. após concluída a implantação das placas de sinalização turística fica o Município responsável pela manutenção, conservação, segurança e preservação do objeto executado pelo presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros, por parte do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que serão repassados em 01 parcela, provenientes de emenda parlamentar, que correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 6931.18541026.206, Fonte 100.

5.2. O valor da contrapartida do Município será de 14,5% no valor de R\$ 14.502,44 (quatorze mil quinhentos e dois reais e quarenta e quatro centavos), provenientes da Unidade Orçamentária 334 - Francisco Beltrão, que correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 23.695.2301.2-014.

5.3. Os recursos financeiros serão repassados de acordo com o cronograma de composição de recursos, constante no Anexo I - Plano de Trabalho, e Cronograma Físico Financeiro, sendo obrigatório para o repasse a apresentação da seguinte documentação:

- I. Extrato da conta vinculada ao presente Convênio, comprovando que a mesma é específica para tal e encontra-se zerada;
- II. Relatório dos serviços de acordo com o Anexo I - Plano de Trabalho;
- III. Certidão negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais certidões relativas a regularidade fiscal do Município.

5.4. As aplicações financeiras serão aplicadas em caderneta de poupança de instituição financeira oficial ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública.

5.5. Os rendimentos de tais aplicações ou saldo positivo ao final da execução do presente convênio serão obrigatoriamente utilizados no objeto do convênio e sujeitos às mesmas condições de prestações de contas, devendo receber aprovação por parte do INSTITUTO ÁGUA E TERRA.

6. Qualquer remanejamento dos valores constantes no Anexo I - Plano de Trabalho deverá ser enviado para aprovação dos parceiros e será objeto de Termo Aditivo.

5.7. O valor deste Convênio não poderá ser aumentado, salvo se houver ampliação do seu objeto capaz de justificá-lo, com expressa aprovação do INSTITUTO ÁGUA E TERRA e após a conclusão das etapas anteriores, devidamente comprovadas, por meio de prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. Os recursos do INSTITUTO ÁGUA E TERRA e a contrapartida do Município, ambos destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos para a conta poupança específica, de titularidade do Município e vinculada a este Convênio, a qual deverá ser aberta na instituição financeira contratada pelo Estado do Paraná, conforme Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1212/2016.

6.2. Os repasses dos recursos pelo IAT, bem como a contrapartida financeira a ser depositada pelo Município, se for o caso de pecúnia, no mínimo de forma proporcional, deverão ser feitos em parcelas variáveis, conforme a medição, em até 30 (trinta) dias corridos da data da respectiva medição, observado o cronograma físico-financeiro.

6.3. A liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste Convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

6.4. Os recursos transferidos em decorrência deste Convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo Município em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

6.5. Mediante expressa autorização do IAT, PRTUR e do Município, via Termo Aditivo, os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste Convênio, desde que haja ampliação de seu objeto que assim o justifique, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.6. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do Convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

6.7. O Município deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

7.1. O Município deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, subsidiariamente da Lei Federal nº 8.666/1993, além das demais legislações pertinentes.

7.2. A título de obrigações legais fica estabelecido ao Município, dentre outras, conforme previsto na Resolução nº 028/2011 – TCE/PR e regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, a de:

- I. Prestar Contas dos recursos recebidos por meio do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias-SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR, no qual deverá atualizar as informações de sua competência exigidas pelo sistema;
- II. Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno do IAT, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- III. Movimentar os recursos do convênio em conta específica;
- IV. Estar ciente de que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará a ENTIDADE, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
- V. Preservar todos os documentos originais relacionados com esse Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos.
- VI. Submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
- VII. Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com o contratante;
- VIII. Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

CLÁUSULA OITAVA - DAS EXECUÇÃO DAS DESPESAS

8.1. O objeto deste convênio deverá ser executado fielmente pelo INSTITUTO ÁGUA E TERRA, PARANÁ TURISMO, SEDEST e pelo Município, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos partícipes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

- I. pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao Município;
- II. transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;
- III. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV. finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- V. pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- VI. pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- VII. pagamento de despesas de publicidade;
- VIII. pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;
- IX. pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;
- X. transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- XI. transferir recursos a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes deste instrumento ou a conta que não esteja vinculada ao convênio;

8.3. Para a realização de cada pagamento, o Município deverá apresentar ao gestor do convênio relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I. a destinação do recurso;
- II. o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III. o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV. a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V. as faturas, os recibos, as notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas;
- VI. a comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, quando for o caso.

8.4. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do Município, devidamente identificados com o número deste convênio.

8.5. Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se o IAT e a PRTUR a notificar, de imediato, ao Município e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período. Citem-se como exemplos de impropriedades e/ou irregularidades:

- I. ausência ou comprovação inadequada da correta aplicação da parcela anterior;
- II. desvio de finalidade na aplicação dos recursos;
- III. descumprimento injustificável dos prazos de execução previstos no Plano de Trabalho;
- IV. inobservância dos princípios e normas das licitações e das contratações públicas;
- V. não adoção das medidas saneadoras apontadas pelo IAT e PRTUR;
- VI. violação das cláusulas deste Convênio, em especial, o não atendimento do prazo para início da execução física da obra.

CLÁUSULA NONA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

9.1. O Município deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

9.2. O Município deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:

- I. cópia do edital da licitação;
- II. as atas decorrentes da licitação;
- III. as propostas decorrentes da licitação;
- IV. os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;
- V. declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

9.3. A celebração de contrato entre o Município e terceiros não acarretará, em nenhuma hipótese, responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do Estado do Paraná, vínculo funcional ou empregatício com este e, tampouco, a transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo, mediante proposta do Município, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao IAT e PRTUR para análise e decisão, vedada a modificação da natureza do seu objeto.

10.2. Qualquer alteração deverá ser precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

10.3. O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia do IAT e PRTUR de projeto adicional detalhado, de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo.

10.4. Os casos não contemplados no presente instrumento poderão ser alterados a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, mediante lavratura de Termo Aditivo, obedecidas as disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

11.1. Fica designado o servidor Eduardo Augusto Ostaszewski de Aguiar – RG nº 53183535–5 SSP/PR, como Gestor do Convênio pela SEDEST e a servidora Isabella Tioqueta – RG nº 10361348-5– SSP/PR, como Fiscal do Convênio pela PRTUR, para acompanharem e fiscalizarem a execução deste convênio e dos recursos repassados. Por parte do IAT, fica indicado como Gestor e Fiscal do Convênio a servidora Melissa Assis Teixeira, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 8.793.579-5 e do CPF nº 088.369.099-30. Por parte do Município, fica indicado como Gestor e Fiscal o(a) servidor (a) Guilherme Seifert Neto, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº 3.096.524-8 e do CPF nº 646.409.659-5.

11.2. São funções do Fiscal do Convênio, dentre outras atribuições pertinentes:

- I. receber do Gestor designado pelo MUNICÍPIO e encaminhar ao Gestor do Convênio a documentação relativa a este instrumento, para que o Gestor do Convênio verifique a conformidade com a legislação aplicada;
- II. verificar em campo se o Plano de Trabalho referente a este Convênio está sendo corretamente desenvolvido, relatando as ocorrências ao Gestor do Convênio;

- III. atuar como interlocutor entre o Gestor designado pelo MUNICÍPIO e o Gestor do Convênio;
- IV. elaborar Termos de Constatação do objeto deste convênio e encaminhá-los ao IAT e PRTUR.

11.3. São funções do Gestor do Convênio, dentre outras atribuições pertinentes:

- I. cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada;
- II. diligenciar para que a execução do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- III. acompanhar a execução do convênio responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
- IV. atuar como interlocutor da SEDEST;
- V. prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do convênio;
- VI. zelar pelo cumprimento integral do convênio;
- VII. emitir Termo de Conclusão, atestando o término deste convênio e o cumprimento do objeto.
- VIII. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

12.1. As prestações de contas parciais do Município ao IAT e PRTUR deverão ser apresentadas quando da conclusão de cada etapa, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após o término das mesmas. Além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:

- I. Relatório de execução do objeto;

- II. Notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do Município e número do convênio;
- III. Comprovação de que prestou contas parciais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;
- IV. Relação das obras realizadas, em conformidade com as etapas ou fases de execução previstas no Plano de Trabalho.

12.1. Quando não houver a prestação de contas parcial, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o saneamento da impropriedade.

12.2. A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:

- I. Relatório de cumprimento do objeto;
- II. Notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do Município e número do convênio;
- III. Comprovação de que prestou contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;
- IV. Relatório de conclusão das obras, em conformidade com o Plano de Trabalho;
- V. Comprovante da devolução do saldo de recursos, quando houver.

12.3. Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste instrumento, o Município terá o prazo máximo de 30 (trinta)

dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

12.4. Se, ao término dos prazos estabelecidos, o Município não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou à Administração Pública, bem como não devolver os recursos, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial e deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

12.5. O Gestor do Convênio emitirá parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas à Administração Pública.

12.6. O IAT e a PRTUR, terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.

12.7. No âmbito da Administração Pública, a autoridade competente para aprovar ou desaprovar as contas do Município será a autoridade competente para assinar este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS

13.1. A prestação de contas à Administração Pública, tratada na Cláusula Décima Primeira, não prejudica o dever do Município de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

14.1 A fiscalização das ações e obras objeto deste convênio para fins de verificação do cumprimento do Plano de Trabalho será realizada pelo IAT e a PRTUR as quais indicarão técnicos.

14.2. O IAT e a PRTUR exercerá a fiscalização e as medições de sua competência pelo técnico responsável pelas ações e pela obra, devidamente credenciado, de acordo com a Cláusula décima.

14.3. Os técnicos serão indicados pelos seus respectivos Órgãos por meio de Resolução.

14.4. Serão realizadas avaliações mensais e ou de acordo com o desenvolvimento das atividades realizadas, conforme Cronograma Físico-Financeiro do Anexo I – Plano de Trabalho, e avaliação final no término da vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS HUMANOS

15.1. Os servidores e empregados de qualquer das partícipes, em decorrência da execução das atividades inerentes ao presente convênio não sofrerão qualquer alteração nas suas vinculações com a entidade de origem, ficando, porém, sujeitas à observância dos regulamentos internos do local onde estiverem atuando.

15.2. As partes se isentam reciprocamente de toda e qualquer despesa de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou de outra natureza, embora não especificada, devida em decorrência, direta ou indireta, para com o pessoal da partícipe que vier a ser contratado e/ou designado para atender o objeto do presente convênio, não tendo os servidores/empregados de uma partícipe qualquer vínculo empregatício com a outra partícipe.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos de origem técnica administrativa ou operacional não previstos nas demais cláusulas, que venham a surgir durante a vigência do presente convênio, deverão ser discutidos e acordados entre as partes convenientes, sendo objeto de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

17.1. Este Convênio poderá ser:

- I. denunciado por escrito, a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;
- II. a denúncia poderá ser motivada em superveniência de norma legal ou de fato que torne o objeto formal ou materialmente inexecutável;
- III. rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - a) descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente;
 - b) execução em desacordo com o Plano de Trabalho;
 - c) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste instrumento;
 - d) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
 - e) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.
- IV. A rescisão deste Convênio enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

17.2. O presente instrumento poderá ser rescindido, se comprovadamente as partes não cumprirem com as suas obrigações ou em casos de alterações administrativas que demandem esta necessidade, caso em que deverá ser lavrado “Termo de Rescisão” acompanhado, se necessário, de justificativa administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

18.1. A eficácia deste Convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela SEDEST, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

18.2. As partes deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, as datas, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir “link” em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de Convênio.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente instrumento.

Curitiba, datado eletronicamente.

Protocolo nº 17.761.951-5 – Convênio 302/2021

Márcio Fernando Nunes

Secretário(a) de Estado do
Desenvolvimento Sustentável e do
Turismo

Cleber Fontana

Prefeito do Município de Francisco
Beltrão

**Thais Mirlene de Oliveira
Gomes**

Diretora-presidente da Paraná
Turismo

Everton Luiz da Costa Souza Diretor-
Presidente do Instituto Águae Terra

Documento: **Convenio302SinalizacaoFco.Beltrao.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cleber Fontana** em 22/12/2021 08:21.

Assinatura Avançada realizada por: **Everton Luiz da Costa Souza** em 21/12/2021 17:47.

Assinatura Simples realizada por: **Thais Mirlene de Oliveira Gomes** em 21/12/2021 18:01, **Marcio Fernando Nunes** em 27/12/2021 13:08.

Inserido ao protocolo **17.761.951-5** por: **Matheus Bueno Patrício** em: 21/12/2021 17:42.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
842ac58d7ae4fe7d354392a12475b3af.